

Frentas promove ato pela valorização da Magistratura e do Ministério Público



A Anamatra, juntamente com as entidades que compõem a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), promoveu, no dia 1º de dezembro às 14h, ato pela valorização da Magistratura e do Ministério Público em defesa da Justiça no Supremo Tribunal Federal (STF). O objetivo foi alertar toda a população sobre os projetos que estão sendo articulados no Congresso Nacional e que podem trazer prejuízos para o país, a exemplo da proposta que pune o abuso de autoridade, a que confere anistia ao caixa dois, entre outros.

De acordo com o presidente da Anamatra, Germano Siqueira, o esforço conjunto das entidades da Magistratura e do Ministério Público, mais uma vez, vem mostrar à toda sociedade as reais intenções e interesses individuais por trás de propostas legislativas que afrontam as prerrogativas

dos membros do Judiciário, e colocam em risco conquistas históricas. “A Magistratura e o Ministério Público estão sofrendo ataques com a finalidade de atingir as suas prerrogativas, o que passa por suas prerrogativas institucionais e até mesmo pelos vencimentos dos juízes. Há uma evidente iniciativa orquestrada para enfraquecer a Magistratura e o Ministério Público”, declarou.

O mote da mobilização foi tema de intervenção da própria presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Carmén Lúcia, na abertura da sessão do CNJ na terça-feira (29/11). Em pronunciamento, a ministra afirmou que os juízes brasileiros se tornaram nos últimos tempos alvos de ataques, de tentativas de cerceamento de sua atuação constitucional e de busca pela criminalização do seu agir. “Juiz sem indepen-

dência não é juiz; é carimbador de despachos, seguindo interesses particulares, e não garante direitos fundamentais segundo a legislação vigente. Juiz sem independência tem de vocacionar-se a ser mártir para ser imparcial. Porque ser imparcial impõe compromisso ético intangível e responsabilidade funcional integral”, alertou.

Para o Presidente da AMATRA 8, o juiz do trabalho Pedro Tourinho Tupinambá, o ato que reuniu mais de 400 magistrados, promotores e procuradores, em Brasília, teve o intuito de fortalecer a magistratura e o Ministério Público. “O nosso protesto tem o intuito de tentar garantir a independência nos julgamentos e nas investigações, impedindo qualquer medida que tente retaliar as ações de combate a corrupção”, finalizou.

AMATRA 8
Entrevista:
Haroldo da Gama
Alves – Diretor para
Juizes Aposentados
da AMATRA 8.

página: 6

Grupo de Trabalho
da COETRAE - PA
discute Plano
Estadual de
Erradicação do
Trabalho Escravo.

página: 10

AMATRA 8
promove curso
de atualização
em direito e
processo do
Trabalho.

página: 13



Acesse:
amatra8.org.br
facebook.com/amatra08
[@amatra8](https://twitter.com/amatra8)

TEMPOS DE CRISE SÃO FEITOS PARA SE SUPERAR

Na virada do ano de 2016 amanhecemos com cortes orçamentários na Justiça do Trabalho, o que poderia nos impor o fechamento por inanição, sem falar em dificuldade para pagamento de verbas de natureza indenizatória para nossos associados.

Fizemos atos públicos, protestos, campanha publicitária, fomos ao Congresso Nacional, conversamos com parlamentares e diversas autoridades. Unimo-nos ao Tribunal nessa luta e, ao final, conseguimos repor parte do orçamento e com isso garantir o funcionamento da Justiça até o final do ano, garantir o pagamento de determinadas verbas tais como AM e ajuda de custo (essas, ainda, buscando verba necessária para pagar para todos nesse ano).

Com todas as adversidades conseguimos, também, em trabalho conjunto com a Anamatra, obter verba para pagar a PAE para juízes ativos e aposentados.

A crise institucional no Brasil trouxe os olhos de um furacão para o Poder Judiciário e Ministério Público. Aprovaram na câmara uma lei taxada de ser contra abuso de autoridade, mas que na verdade procura ser uma camisa de força para o judiciário e Ministério Público, querem criminalizar as atividades jurisdicionais de magistrados e membros do parquet. Estivemos na frente associativa, participamos de ato público no STF, de ato público no Ministério Público do Estado do Pará, de entrevista coletiva na sede do MPF, mantivemo-nos firmes em favor da independência da Magistratura e Ministério Público. Verificamos, no momento, o recuo das forças conservadoras e o projeto saiu de pauta do Senado, o furacão parece ter adormecido.

No Pará e Amapá criamos juntamente com diversas outras entidades representativas de juízes e membros do Ministério Público a “Frentas da 8ª Região” a exemplo da Frentas Nacional que envolve a Anamatra, AMB, CONAMP, ANPT, entre outras. Isso tudo com o objetivo de defender junto aos parlamentares de nossa Região as matérias de interesse da Magistratura e Ministério Público.

A tempestade ainda não acabou. Dentro do projeto ponte para o futuro encontramos tentativa de mexer na previdência de forma prejudicial a toda a sociedade, sem respeitar o que foi construído ao longo de todos esses anos. Os números de déficit divulgados pelo governo são contestáveis como se observa por diversos estudos já realizados.

Internamente, entre as diversas demandas, conseguimos a revogação algumas Portarias que procuravam impedir a efetiva gestão da pauta pelo magistrado e poderiam impor ao mesmo uma atividade jurisdicional excessiva.

Estivemos presentes em Parauapebas, Marabá, Macapá e Brasília.

Reconquistamos o reconhecimento do direito de voz nas sessões do Tribunal em processos de pauta administrativa, tendo utilizado esse direito em diversas ocasiões em favor dos associados.

Na defesa da prerrogativa dos Magistrados estivemos em audiências públicas, fazendo o contra ponto às proposições que de certa forma confrontavam com a independência e prerrogativa judicial.

Ingressamos, através de nossa assessoria jurídica, com aproximadamente 90 (noventa) ações judiciais contra a União buscando o pagamento de diferença de diárias, ajuda de custo e licença prêmio. Estes processos ainda estão em tramitação. De qualquer forma, devemos destacar algumas decisões que já reconheceram o direito ao recebimento de diárias no valor de 1/30 sobre o subsídio do magistrado de acordo com a regra da simetria.

A vitória judicial nestas questões irão implicar em recebimento, inclusive, no futuro destas mesmas verbas com os valores majorados (no caso das diárias).

Atuando administrativamente na defesa de associados, obtivemos êxito em quatro representações que foram arquivadas.

Paralelamente à atuação corporativa, conseguimos manter a atuação na área social e de direitos humanos.

Tivemos participação efetiva no plano estadual de erradicação do Trabalho Escravo, ao participar da COETRAE-Pa, participamos de diversos congressos e eventos sobre o tema. Participamos de evento para promover o Trabalho Decente no Círio juntamente com o MPT entre outras entidades, bem como participamos da atividade em favor do aprendizado e de combate ao Trabalho Infantil em parceria com o TRT8 através da comissão própria.

Assinamos, neste mês de dezembro, termo de cooperação com a SEJUDH – Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Pará para a realização, a partir do ano de 2017, do Programa TJC- Trabalho Justiça e Cidadania em parceria com o projeto Direitos Humanos em Cena, dentro de Escolas Públicas do Estado.

Realizamos diversos encontros com associados para comemorar datas festivas e importantes, inclusive o de aniversariantes, culminando com a festa de confraternização do final do ano.

O apoio ao aposentado tem se manifestado no acompanhamento sistemático feito no Congresso Nacional em busca da aprovação da PEC da paridade e integralidade, entre outras. Isso, na tentativa de repor a remuneração defasada pelo atual sistema de aposentadoria.

Reativamos o nosso Centro de Estudos Judiciários e realizamos com êxito o curso de Atualização em Direito e Processo do Trabalho.

Assinamos novos convênios com os restaurantes Grão Culinária Saudável e Kami Sama, Ótica Versatto, bem como refizemos o convênio com o CCBEU com desconto de 20% e com a Rodobens Toyota, além de manter os que já existiam.

As dificuldades existem, mas temos nos mantidos firmes e lutando para superá-las.

Próspero ano novo a todos.

>> Continuação da matéria de capa



Reunião da Frentas – Os últimos detalhes para a realização do ato foram discutidos em reunião da Frentas, ocasião na qual a Anamatra foi representada pelo seu vice-presidente, Guilherme Feliciano, e pelo diretor de Assuntos Legislativos, Luiz Colussi, e também contou com a presença do presidente da Amatra 8 (PA/AP), Pedro Tupinambá. O encontro foi

o primeiro sob a nova coordenação da Frentas, a cargo da presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Norma Cavalcanti, pelos próximos seis meses.

“Neste momento em que a independência da Magistratura e do Ministério público é objeto de um obsessivo ataque por certos segmentos do Parlamento, a

unidade de discurso, estratégia e ação é fundamental para que as instituições judiciárias possam sobreviver e, adiante, sobressair-se fortalecidas. Não houve, no passado recente, uma quadra tão agressiva para com a figura do juiz e o seu papel na sociedade”, declarou Feliciano na ocasião.

Com informações de Ascom Anamatra

Coletiva marca a posição das Associações contra a corrupção



Membros de associações do Ministério Público e do Poder Judiciário do Pará concederam entrevista coletiva para tornar público o posicionamento dessas instituições diante da tentativa de desvirtuamento, no Congresso, do pacote de medidas anticorrupção proposto à Câmara dos Deputados.

O Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região (AMATRA 8), Pedro Tourinho Tupinambá chamou a atenção para o problema. “Devemos ressaltar que as garantias constitucionais de independência, mais do que uma prerrogativa, seja do Ministério Público seja da magistratura, é uma

garantia de cidadania. Para que nós tenhamos um Ministério Público e um Judiciário que efetivamente funcione, que possa investigar e fazer a persecução criminal de forma adequada é importante que eles não sejam imobilizados. No momento atual, quando a sociedade está mais precisando da magistratura e do Ministério Público, nós estamos vendo uma tentativa, não só de colocar uma mordacha, mas de imobilizar as ações e as condenações”, completou o magistrado.

A Câmara optou por excluir diversos pontos das Dez Medidas Contra a Corrupção. Além

de retirar a possibilidade de aprimorar o combate à corrupção – como a tipificação do crime de enriquecimento ilícito, mudanças na prescrição de crimes e facilitação do confisco de bens oriundos de corrupção –, houve a inclusão de proposta que coloca em risco o funcionamento do Ministério Público e do Poder Judiciário, a saber, a emenda que sujeita promotores e juízes à punição por crime de responsabilidade.

Também estiveram presentes representantes do Conamp, da Ajufe, da ANPT, da ANPR, da AMEPA e da AMPEP.

Expediente:

Presidente: PEDRO TOURINHO TUPINAMBÁ Vice-Presidente Administrativo: VANILSON RODRIGUES FERNANDES Vice-Presidente Legislativo: ODAÍSE CRISTINA PICANÇO BENJAMIM MARTINS Secretário-Geral: DEODORO JOSÉ DE CARVALHO TAVARES Diretora Financeira: ELINAY ALMEIDA FERREIRA DE MELO Diretor Cultural: PAULO ROBERTO DORNELLES JUNIOR Diretora Social: MARLISE DE OLIVEIRA LARANJEIRA Diretora para Juízes Fora de Sede: NÚBIA SORAYA DA SILVA GUEDES Diretor para Juízes Substitutos: OTÁVIO BRUNO DA SILVA FERREIRA Diretor de Direitos Humanos e Cidadania: JÔNATAS DOS SANTOS ANDRADE Diretora de Imprensa: NATÁLIA LUÍZA ALVES MARTINS Diretor para Juízes Aposentados: HAROLDO DA GAMA ALVES Diretor de Esportes e Qualidade de vida: NEY STANY MORAIS MARANHÃO Diretor de Direitos e Prerrogativas: SAULO MARINHO MOTA. Conselho Fiscal: HERBERT TADEU PEREIRA DE MATOS, JACINTO FLÁVIO DE LACERDA MARÇAL, JEMMY CRISTIANO MADUREIRA. Suplentes: SILVANA BRAGA MATTOS, SUZANA MARIA LIMA DE MORAES AFFONSO CARVALHO DOS SANTOS, RICARDO ANDRÉ MARANHÃO SANTIAGO.

INFORMATIVO AMATRA 8. Edição 30 – jul/ago/set/out/Nov/dez de 2016. Tiragem – 600. Jornalista Responsável: Renata Torres DRT-PA 1840 – Assessora de Comunicação. Reportagens: Renata Torres, Ascom TRT8 e Ascom Anamatra. Revisão: Natália Luíza Alves Martins. Fotos: Renata Torres, Ascom TRT8, Ascom AMPEP e arquivo. Colaboradores: Pedro Tourinho Tupinambá. Projeto Gráfico: sSix Comunicação.

>> Entrevista

O Presidente da AMATRA 8, o juiz Pedro Tourinho Tupinambá, em entrevista ao jornal Diário do Pará, falou das dificuldades enfrentadas pela Justiça do Trabalho por causa do corte orçamentário e reafirmou o seu compromisso em lutar pelos direitos sociais e trabalhistas. A entrevista teve espaço de meia página no jornal impresso e número expressivo de visualizações e compartilhamentos de sua versão online.

>> Pesar

A Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da Oitava Região – Amatra 8, entidade que congrega Magistrados Trabalhistas dos Estados do Pará e Amapá, manifesta seus pêsames pelo falecimento do Ministro Aposentado do Tribunal Superior do Trabalho, Dr. Francisco Fausto Paula de Medeiros, Magistrado que contribuiu ao longo de sua carreira com a Justiça do Trabalho e o Direito do Trabalho, tendo sido defensor fervoroso dos direitos sociais.

>> Rádio Nazaré

No dia 9 de agosto, o Presidente da AMATRA 8, o Juiz do Trabalho Pedro Tourinho Tupinambá esteve no Programa Direito e Cidadania, da Rádio Nazaré, que tem o comando do também juiz do trabalho Océlio de Moraes. Na pauta do programa: os impactos do corte orçamentário da Justiça do Trabalho à sociedade. O presidente da Associação ainda respondeu às perguntas enviadas pelos ouvintes.

>> CONSINTER

A Universidad Complutense de Madrid – Faculdade de Direito, na Espanha, realizou nos dias 05, 06 e 07 de outubro o III Simpósio Internacional de Direito do Conselho Internacional de Estudos Contemporâneos em Pós-Graduação (Consinter). O magistrado trabalhista paraense Océlio de Jesus Carneiro de Moraes foi convidado a palestrar sobre o tema “Proteção aos direitos da seguridade social no Brasil como condição de igualdade humana”. A Diretoria da Amatra 8 parabeniza o magistrado associado pelo reconhecimento internacional de seu trabalho.

>> Livro

O Magistrado do Trabalho Francisco Milton Araújo Junior lançou, no dia 29 de setembro, seu novo livro “Manuscritos do Mar Vivo – Navegando com Fé pelo Cotidiano da Vida”. A obra contém algumas reflexões do cotidiano familiar em terras lusitanas durante o período em que o autor esteve estudando na Universidade do Porto. O lançamento foi realizado no espaço cultural do TRT 8 e teve o apoio da Amatra 8. A renda integral da venda dos livros será revertida para a creche “Casa Lar Cordeirinhos de Deus” que presta apoio a crianças com câncer do interior do Estado que vem fazer o tratamento em Belém.

>> Questão de Direito

No quadro Questão de Direito do Bom Dia Pará, da TV Liberal, o associado da AMATRA 8, desembargador do trabalho Vicente Malheiros da Fonseca falou sobre o tema “FÉRIAS FRACIONADAS”. O Programa foi ao ar, ao vivo, no dia 6 de julho, pela manhã. Quem perdeu, pode assistir no portal G1, na internet.

>> Pós-Doutorado

O Juiz titular da 11ª Vara de Belém, Océlio de Jesus Carneiro de Moraes, defendeu sua pesquisa acadêmica no âmbito do programa de pós-doutorado em Democracia e Direitos Humanos do pós-doutoramento do Lus Gentium Conimbrigae da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal). A defesa pública ocorreu na semana de 6 a 8 de julho na própria Universidade de Coimbra. A pesquisa estuda o problema do fundamento jurídico e social dos direitos humanos fundamentais e a função da Justiça constitucional na proteção desses direitos no Brasil, considerando os impactos da globalização de direitos.

>> Nota de Apoio

A AMATRA 8 manifestou a sua solidariedade e apoio ao Juiz do Trabalho associado Albeniz Martins e Silva Segundo em razão da nota de desagravo divulgada pela OAB/AP, no dia 5 de agosto de 2016. O juiz Albeniz sempre agiu com urbanidade, de forma íntegra, segura e respeitosa a todos os profissionais da área jurídica, não havendo, no ato realizado pelo Magistrado, qualquer tipo de ofensa ao exercício da atividade profissional dos advogados. A Associação repudia veementemente qualquer tipo de ato praticado no sentido de tentar inibir ou intimidá-lo na realização de suas atividades jurisdicionais.

>> Nova Administração

Foi eleita, no dia 3 de outubro, a nova administração do TRT 8 para o biênio 2016-2018. Com unanimidade de votos do Pleno do TRT8, foram eleitas como Presidente a Desembargadora do Trabalho Suzy Elizabeth Cavalcante Koury, como vice-presidente a Desembargadora do Trabalho Sulamir Palmeira Monassa de Almeida, e como Corregedor-Regional foi eleito o Desembargador do Trabalho Walter Roberto Paro. A Diretoria da Amatra 8 parabeniza a nova administração, desejando sucesso e pleno êxito nas atividades.

>> Homenagem

A Junta Comercial do Pará celebrou seus 140 anos de fundação com uma homenagem aos servidores e personalidades com relevante papel na história da Jucepa e do registro mercantil do estado. Na ocasião, também foi homenageado o Desembargador do Trabalho Vicente Malheiros da Fonseca, compositor do Hino da entidade. Além da moção de agradecimento, o magistrado associado da AMATRA 8 foi agraciado com a apresentação do Coral Vozes da Jucepa, que além do hino, cantou uma canção composta por seu pai o maestro Wilson da Fonseca.

Paralisação na JT marca mais um dia de mobilização contra os cortes orçamentários



Os magistrados trabalhistas da 8ª Região paralisaram suas audiências por uma hora (das 9h às 10h), no dia 8 de agosto, e se uniram, no hall de entrada do TRT 8, a advogados, servidores e sociedade contra os cortes no orçamento da Justiça do Trabalho. O anfitrião do ato de mobilização em defesa da JT, foi o vice-presidente da AMATRA 8, o juiz Vanilson Fernandes.

A paralisação desta manhã serviu para chamar a atenção dos que trabalham e necessitam desta Justiça, para os impactos trazidos pelos cortes no orçamento. A AMATRA 8, em parceria com a ATEP, OAB, SINDJUF e ANPT já haviam realizado, no dia 13 de maio, um ato público de conscientização da população sobre os desafios enfrentados pelos que compõem e labutam nessa justiça especializada.

O objetivo da manifestação deste dia 8 de agosto é levantar novamente a discussão sobre o assunto, alertar a população dos riscos que se corre diante deste corte discriminatório no orçamento. O vice-presidente da Amatra 8 destaca que o momento é grave e que a Justiça do Trabalho do Pará e Amapá, assim como

em outros Estados pode fechar as portas se não houver a suplementação orçamentária.

“Este é um corte ideológico que não visa ferir somente a justiça do Trabalho, mas diminuir os direitos do trabalhador, daquele que recorre a esta justiça para garantir que o seu direito seja cumprido”, disse o magistrado, lembrando que um ato parecido será realizado nesta tarde em Brasília, mobilizado pelas Associações nacionais de magistrados AMB, ANAMATRA e AJUFE.

O presidente da ATEP, André Serrão, ressaltou que os advogados estão mobilizados, pois o que todos querem é uma Justiça do Trabalho forte. Estiveram presentes e fizeram uso da palavra o Presidente do TRT 8, desembargador Francisco Sérgio Silva Rocha, os juízes do trabalho Nágila Quaresma, Deodoro Tavares e Claudine Rodrigues. Em nome dos servidores, discursou Jaqueline Chaves.

Também paralisaram as Varas do Trabalho dos municípios de Macapá, Marabá e Monte Dourado. Em Marabá, a manifestação foi comandada pelos juízes do trabalho

Vinícius Rodrigues de Paiva e Luana Domitilo Costa. Em Macapá, a vice-presidente legislativa, Odáise Martins e o Diretor de Esportes da AMATRA 8, Ney Maranhão, foram os anfitriões do ato realizado na sede do fórum trabalhista da capital do Amapá. Já em Monte Dourado, quem comandou a manifestação foi a juíza diretora para juízes substitutos, Núbia Guedes e pelo juiz Pedro de Meirelles.

Corte orçamentário

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016 promoveu um corte de 90% nas despesas de investimento e de 30% nas de custeio no orçamento da Justiça do Trabalho. A argumentação da Anamatra na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5468) era a de que o corte afeta a independência e a autonomia do Poder Judiciário, garantidos na Constituição Federal, e tem caráter retaliatório, porque os demais ramos do Judiciário sofreram redução menor. Mas os ministros do Supremo entenderam que não cabe ao Judiciário interferir nas decisões do Poder Legislativo.

VONTADE NÃO NOS FALTARÁ



“Valorizar os magistrados inativos é ponto de destaque na gestão desta diretoria da AMATRA 8”.

O paraense, juiz do trabalho aposentado, Haroldo da Gama Alves é diretor de aposentados da Diretoria da AMATRA 8 para o biênio 2016/2017. Em entrevista a AMATRA 8, o juiz do trabalho falou de sua atuação frente ao cargo regional e suas expectativas para o próximo ano de gestão.

Amatra: Quais os desafios enfrentados pela diretoria da AMATRA 8 nestes dois anos de gestão?

Dr. Haroldo: Entramos nessa luta com a certeza de que nosso grupo tem propostas concretas para o associativismo da Magistratura Regional. A fórmula que se encaixa em nossos propósitos é a de união. Ao desenvolver um programa de interiorização, levando a Amatra 8 aos municípios fora da sede do nosso Regional estaremos possibilitando o diálogo com os magistrados para conhecer as dificuldades enfrentadas e também receber críticas e sugestões. Eu acredito na seriedade das propostas trazidas pelo Presidente Pedro em benefício da magistratura trabalhista da 8ª Região e, particularmente, dos magistrados aposentados pela valorização dos juízes e resgate da auto-estima da magistratura.

Amatra: Quais as principais reivindicações dos magistrados aposentados nos últimos anos?

Dr. Haroldo: Neste primeiro ano de mandato da atual diretoria da Amatra 8 já assumimos o desafio de lutar pelos magistrados aposentados. Estamos os chamando para a integração ao sistema associativo tanto regional como nacional. Muitos, desiludidos, não acompanham as atividades da nossa associação. Eles se consideram os “primos pobres” da magistratura e vem sofrendo no decorrer dos últimos anos uma queda na auto-estima. E aqui não me refiro apenas aos magistrados trabalhistas. Magistrados aposentados todos estamos no mesmo barco. Essa vontade de resgatar a auto-estima lutando pela melhora do tratamento aos magistrados aposentados me dá mais vontade de agarrar-me a essa luta para conseguirmos o nosso intento

Amatra: Os juízes que se aposentam estão em constante luta em razão da redução dos seus vencimentos. O que o Sr. tem feito enquanto Diretor de aposentados da Amatra 8?

Dr. Haroldo: Na época atual estamos vivendo uma fase muito difícil para a magistratura, tanto os ativos como inativos. A valorização da nossa carreira é essencial para que a sociedade tenha um serviço jurisdicional de qualidade. Para que possam ser recrutados bons quadros para o exercício da árdua função de julgar, com equilíbrio e competência, é necessário apresentar estímulos, inclusive de ordem financeira.

Contudo, nesta seara, estamos assistindo a um movimento inverso e preocupante, pois a criação de auxílios como forma de compensar a ausência de uma política constante de atualização do subsídio e do adicional por tempo de serviço tem contribuído para que seja criado um fosso entre os magistrados da ativa e os aposentados. Necessário se torna, portanto, que se assegure a necessária valorização do magistrado aposentado, o que representa na prática a valorização da própria carreira da magistratura. Nesse passo, a inclusão da paridade entre ativos e inativos, em todos os seus termos e na exata expressão constitucional, é princípio basilar que deve ser integralmente assegurado, sem exceções ou ressalvas de qualquer natureza com a possibilidade do magistrado, ao aposentar-se, incorporar quaisquer verbas a que faça jus enquanto em atividade.

A nossa luta é, portanto, pela Paridade Plena e valorização dos aposentados com o retorno do ATS para evitar os factoides salariais que nem sequer são de ordem douradura aos magistrados em atividade que atualmente dependem deles. Temos que voltar a nos orgulhar da condição de magistrados e voltar a denominar a aposentadoria de “jubilação”, como era tempos atrás. Nessa luta eu entro até o pescoço e dela não abro mão.

Amatra: Como o Sr. poderá colaborar ainda mais com a pasta no próximo ano?

Dr. Haroldo: Valorizar os magistrados inativos é ponto de destaque na gestão desta diretoria da AMATRA 8. Atualmente não há mais atrativo para o magistrado que se aposenta por tempo de serviço como eu fiz. Essa modalidade de aposentadoria está desaparecendo na prática porque há uma defasagem salarial tão grande que todos daqui para a frente só sairão pela compulsória, represando a progressão na carreira e desestimulando os juízes mais novos. Temos que lutar pela paridade PLENA entre magistrados ativos e inativos. E valorizar o Tempo de Serviço com o ATS, este sim, benéfico a todos, ativos e inativos.

Amatra: Qual a sua expectativa para o segundo ano de gestão frente à Diretoria de Aposentados da AMATRA 8?

Dr. Haroldo: Embora eu ache que teremos uma luta desigual com o poder legislativo na questão de resgate da Paridade Plena, creio que com vontade de trabalhar poderemos chegar ao fim do nosso propósito. Vontade não nos faltará. Conclamo os colegas a acreditar em nós e a nos ajudar a ter uma bela gestão. Até lá!

Centrais Sindicais fazem ato em defesa da Justiça do Trabalho e são recebidos pela Presidência do TRT8



Na manhã do dia 16 de agosto, as Centrais Sindicais União Geral dos Trabalhadores (UGT-PA), Força Sindical e Central Sindical e Popular (CSP – Conlutas), realizaram um ato em frente a sede do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, protestando contra o corte no orçamento da Justiça do Trabalho e a mudança na legislação trabalhista em curso no Congresso Nacional. Durante o ato, uma comissão foi recebida pela Vice-presidente do TRT8, Desembargadora Sulamir Monassa, no exercício da Presidência, a quem entregaram um MANIFESTO escrito.

Fizeram parte da comissão recebida pela Desembargadora, o Presidente da UGT-PA, José Francisco Pereira; o Presidente da Força Sindical, Ivo Borges de Freitas; Coordenador CSP-Conlutas, Adnelson Araújo; representantes

do Sindicato da Construção Civil, além do Advogado Mauro Rios.

No MANIFESTO, declaram como absurdo o corte de 30% na verba de custeio e 90% na verba de investimento, no orçamento do judiciário trabalhista, e destacam que protestam “porque a Justiça do Trabalho, não havendo outra alternativa, é o último abrigo de milhões de trabalhadores que sofrem com a violência a direitos garantidos por lei, a direitos que lhes são suprimidos, não se admitindo, portanto, qualquer política de contenção de gastos públicos que a leve ao sucateamento”. No MANIFESTO ainda, “convocam a todos, indistintamente, em esforço concentrado, que não meçam esforços em mostrar toda irresignação local diante de tal quadro de penúria orçamentária”.

Fonte: Ascom TRT 8

Amatra 8 participa de evento nacional do CONEMATRA realizado em Belém



Reunindo cerca de 55 participantes, entre magistrados e servidores das Escolas Judiciais e Escolas Associativas da Justiça do Trabalho de todo o Brasil, teve início no dia 18 de agosto, no Salão Nobre do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, a programação da 50ª Assembleia Geral Ordinária e Reuniões de Trabalho do Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho (CONEMATRA). A Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região (PA e AP) – AMATRA 8, participou do evento e a partir desta edição terá garantido assento e voz em todas as reuniões do Conselho.

A abertura oficial foi realizada no início da tarde, tendo na mesa de abertura a presença do Presidente do TRT8, Desembargador Sérgio Rocha; do Presidente do CONEMATRA, Desembargador Brasilino Ramos (TRT10); do Diretor da EJUD8, Des. Marcus Losada; do Vice-Diretor da EJUD8 e Secretário Geral do CONEMATRA, Juiz do Trabalho Océlio Moraes; e do Presidente da AMATRA8, Juiz do Trabalho Pedro Tourinho Tupinambá.

O evento, que acontece a cada dois meses, tem como objetivo o compartilhamento de experiências, conforme destaca o Presidente do Conselho, Des. Brasilino Ramos. “O CONEMATRA é um amplo fórum que tem um segredo, é um fórum horizontal. Aqui não existe toga, nem entre os magistrados, nem entre nós e os assessores. Aqui estamos compartilhando sempre, compartilhando os problemas, as soluções, e sempre com os olhos voltados para o aperfeiçoamento. O segredo é dividir problemas e a busca de soluções, colocando em comum tudo isso e tentando fazer disso uma construção coletiva, esse nosso papel”, destacou.

De acordo com o Juiz do Trabalho Océlio Moraes, ter este evento na 8ª Região é importante pela troca de experiências que proporciona e destaca a temática do evento. “É muito importante sediar porque traz todas as escolas do País para cá e essa troca de experiências é fundamental, porque a gente cresce também com a experiência das outras escolas e aprende a reaprender com as novas técnicas que se



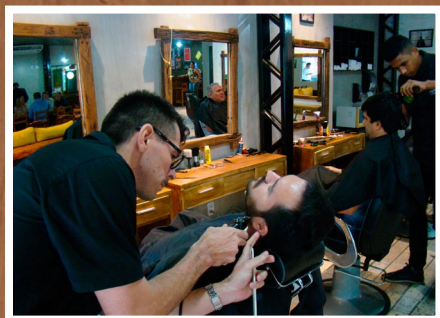
apresentam. A temática desse CONEMATRA é os desafios da formação do juiz do terceiro milênio, ou seja, como as escolas judiciais estão pensando em elaborar processos formativos para o juiz do terceiro milênio que a sociedade espera”, afirmou. Após a abertura oficial, a temática foi abordada pela Desembargadora do TRT8, Pastora do Socorro Teixeira Leal, na palestra motivacional com o tema “O magistrado do século XXI e os desafios das Escolas”.

Após a palestra motivacional, todos os presentes participaram da Oficina de Trabalho com discussão em grupos e exposição das conclusões, com a coordenação do Juiz Océlio Moraes e tendo como facilitador o Juiz do Trabalho Carlos Alberto Lontra. A programação teve ainda a realização da Assembleia Geral Ordinária, tendo como público-alvo os magistrados. Entre os temas da pauta da Assembleia estavam o papel institucional da Justiça do Trabalho no contexto atual e o Concurso Nacional da Magistratura.

Fonte: Ascom TRT 8

5 de agosto marcou a grande comemoração em homenagem aos HOMENS

Em 2016, os homens tiveram um dia especial. Em comemoração ao dia dos pais, dia do homem e para celebrar os aniversariantes dos meses de julho e agosto, a Amatra 8 preparou um happy hour com direito a chopp e petiscos, na Martini Barbearia, onde os associados puderam desfrutar de cuidados com o cabelo e com a barba, além de musica boa e bate papo agradável.



Deixamos registrados os parabéns pros aniversariantes:

Julho:

02 – DRA. ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN
12 – DRA. ANA ANGÉLICA PINTO BENTES
12 – DR. OTÁVIO BRUNO DA SILVA FERREIRA
15 – DR. LUÍS ANTONIO NOBRE DE BRITO
19 – DRA. SILVANA BRAGA MATTOS
20 – DRA. STELLA PAIVA DE AUTRAN NUNES
25 – DRA. DIRCE CRISTINA FURTADO NASCIMENTO
28 – DRA. PAULA MARIA PEREIRA SOARES
28 – DRA. MANUELA DUARTE BOSON SANTOS
30 – DR. VINÍCIUS AUGUSTO RODRIGUES DE PAIVA

Agosto:

04 – DRA. MARIA ZUÍLA LIMA DUTRA
02 – DR. FERNANDO MOREIRA BESSA
06 – DRA. CIRCE OLIVEIRA ALMEIDA
08 – DRA. GIOVANNA CORRÊA MORGADO DOURADO
10 – DR. CARLOS RAIMUNDO LISBOA DE MENDONÇA
11 – DRA. MILENE DA CONCEIÇÃO MOUTINHO DA CRUZ
12 – DR. FERNANDO DE JESUS DE CASTRO LOBATO JÚNIOR
13 – DR. JOÃO CARLOS TRAVASSOS TEIXEIRA PINTO
17 – DRA. ANTONIA CAMPOS SERRA
19 – DRA. SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA
28 – DRA. ERIKA MOREIRA BECHARA

Conciliações conduzidas por magistrados trabalhistas da 8ª Região ganham destaque na mídia nacional



Após divulgação de notícias no portal do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, a conciliação firmada pelo Juiz do Trabalho Substituto Deodoro Tavares utilizando whatsapp e e-mail, e o acordo realizado pela Juíza do Trabalho Substituta Elinay Melo, que garantiu a manutenção do funcionamento de um hospital na periferia de Belém (PA), chamaram atenção da mídia nacional e estão ganhando destaque em diversos veículos.

A atuação do Secretário Geral da AMA-

TRA 8, Juiz Deodoro Tavares, que está atuando como coordenador do Núcleo de Pesquisa Patrimonial e membro do Comitê Regional do projeto Conciliar, foi publicada no portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no portal Consultor Jurídico (Conjur), no Jusbrasil, nos sites da OAB de Valinhos/SP e OAB do Rio Grande do Sul, além do Sindicato dos Trabalhadores Celetistas em Cooperativas de Santa Catarina. Este acordo foi também tema de matéria na TV Record local.

A conciliação conduzida pela Diretora Financeira da AMATRA 8, Juíza Elinay Melo, Substituta da 7ª Vara do Trabalho de Belém, foi fruto de matéria na manhã do dia 10 de agosto, com entrevista concedida pelo telefone, ao vivo na Rádio Justiça. A matéria foi publicada ainda no portal do Grupo de Estudos da Magistratura do Trabalho e foi ainda produzida matéria em vídeo para o Programa Jornada, a pedido da TV TST.

TRT8 realiza cerimônias de aposição de fotos



No dia 5 de setembro, o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região realizou quatro cerimônias de aposição de fotos nas galerias de Presidentes do Tribunal, Corregedores Regionais, Diretores Gerais e Secretários Gerais. As galerias destinam-se a preservar a memória da Justiça do Trabalho na 8ª Região e a homenagear desembargadores e servidores que fizeram parte da administração da corte.

Na primeira cerimônia, realizada no hall do 3º andar do prédio sede, ocorreu a aposição de fotos do Desembargador Marcus Losada, que desempenhou a função de Corregedor Regional entre novembro de 2012 e novembro de 2014; do servidor Rodopiano Rocha Neto, que foi Diretor-Geral do TRT8 entre fevereiro de 2013 a setembro de 2014; e do servidor George

Pitman Junior, que atuou como Secretário-Geral de fevereiro de 2013 a setembro de 2014.

Em seguida, abrindo a sessão do Tribunal Pleno, foi realizada a cerimônia de aposição da foto da Desembargadora Odete de Almeida Alves, que atuou como presidente da corte no biênio 2012/2014. Abrindo a cerimônia, os desembargadores ingressaram na Sala de Sessões do Pleno ao som do Hino da Justiça do Trabalho e, após aberta a sessão pelo Presidente Sérgio Rocha, o Des. Marcus Losada e o Dr. Denis de Almeida Alves (filho da homenageada) desceram a fotografia na Galeria de Presidentes.

O Des. Sérgio Rocha destacou que a magistrada presidiu o Tribunal em um momento difícil, com correição, inteireza e honradez. "Vossa excelência exerceu a difícil tarefa de adminis-

trar com a mais absoluta lisura e cumprido eficientemente e com dignidade suas atribuições. É uma justa homenagem que o TRT8 presta à desembargadora, e é com muita satisfação que presido esta cerimônia", ressaltou.

A homenageada agradeceu e declarou que o TRT8 é sua casa. "Aqui fica meu coração, porque o trabalho que aqui prestei, sobretudo, fiz com amor. Registro minha gratidão e resalto o que disse em meu discurso de posse: somos todos elos de uma corrente só", declarou emocionada. Na ocasião, o Presidente da AMATRA 8, juiz do trabalho Pedro Tourinho Tupinambá ressaltou a dedicação da homenageada à magistratura trabalhista da 8ª Região e a eficiência com a qual presidiu o TRT 8 durante sua gestão.

AMATRA 8 participa de audiência pública sobre os direitos dos trabalhadores e PEC 55/2016

Com a participação de movimentos sociais, sociedade civil e representantes do Senado Federal, a audiência pública realizada na tarde do dia 2 de dezembro, no Plenário da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) discutiu assuntos importantes, como a Proposta de Emenda à Constituição nº 55, chamada de PEC do Teto dos Gastos Públicos, além de outros projetos que ferem os direitos dos trabalhadores brasileiros.

A iniciativa foi do deputado estadual Carlos Bordalo, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, da Alepa, em conjunto com o senador Paulo Paim, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.

Paulo Paim destacou que as ofensivas

no parlamento contra os trabalhadores e a democracia aumentaram muito. “Estou há 30 anos no congresso e nunca vi tanto ataque à nossa gente, mulheres, aposentados e pensionistas, trabalhadores. A política perdeu a sua visão humanitária e virou uma disputa truculenta do grande capital contra os que mais precisam, no campo e na cidade”, comentou.

O senador gaúcho informou ainda que hoje constam 75 projetos em tramitação que buscam flexibilizar direitos historicamente conquistados, como o PL do trabalho escravo (432/2013), que retira os termos “jornada exaustiva” e “condições degradantes de trabalho” da definição do crime.

Embora já exista uma lei que penalize os empresários ou qualquer outra pessoa que submeta trabalhadores a regime de escravidão, ela não decreta a perda para o estado da propriedade em que se encontra mão de obra escrava. Sabendo disso, hoje se luta pela aprovação da PLS 432/2013.

O Juiz Pedro Tupinambá, presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da oitava região (Amatra 8), sublinhou as vantagens da permanência do texto do artigo 194, “o nosso código penal não deve ser alterado no que diz respeito ao trabalho escravo. O artigo 194 é bem completo, ele não restringe como mão de obra escrava somente privação da liberdade do trabalhador, mas também, as condições degradantes de trabalho que o trabalhador é submetido e da jornada exaustiva. Hoje a nossa caracterização de trabalho escravo serve de modelo para o mundo”.

O também juiz do trabalho Jônatas Andrade, que é Diretor de Direitos Humanos da AMATRA 8 é militante das causas sociais e guardião dos direitos do trabalhador e estava presente junto de outras personalidades e representantes dos movimentos sociais e sociedade civil organizada.



Grupo de Trabalho da Coetrae-Pa discute Plano de Erradicação do Trabalho Escravo.

No dia 13 de setembro, o grupo de trabalho da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo – Coetrae/Pa se reuniu na sede da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região – AMATRA 8, onde iniciou discussão para a elaboração do novo Plano de Ação para a Erradicação do Trabalho Escravo no Pará.

A reunião teve início às 14h com as boas vindas feitas pelo Presidente da Amatra 8, o Juiz do Trabalho Pedro Tourinho Tupinambá e apresentação do antigo Plano de Ação da Coetrae/Pa pela coordenadora da Comissão, Leila Silva. As entidades presentes puderam assistir uma breve análise do Plano anterior bem como das metas alcançadas e das ações que, por motivos alheios à Comissão, não conseguiram ser implementadas.

“O objetivo do Plano é fomentar a discussão sobre a construção do Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo e da política para nortear a efetivação das ações nos municípios onde houve maior incidência de casos de trabalhadores resgatados”, relatou a Coordenadora Leila Silva. Todas as entidades presentes terão um tempo para analisar o plano anterior e, de acordo com análise feita sobre este, participar da elaboração do novo Plano com o detalhamento das possíveis contribuições de cada

entidade.

“É muito importante, neste momento, re-visitar o que já foi feito e alcançado até aqui para que possamos juntos procurar melhorar e avançar com a finalidade de extinguir essa chaga social”, declarou o presidente da AMATRA 8, Pedro Tupinambá.

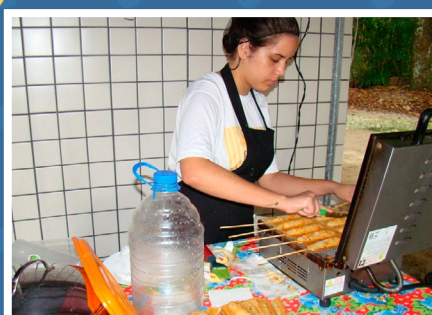
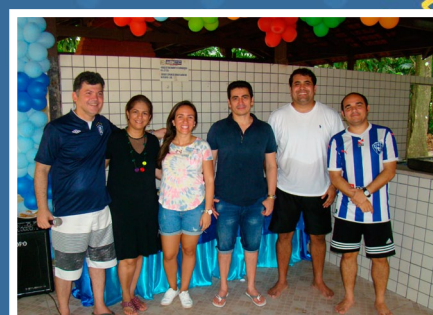
Participaram da reunião também a Diretora Financeira da AMATRA 8, a Juíza do Trabalho Elinay Melo e representando o TRT 8, a Juíza do Trabalho Nazaré Rocha, além de representantes da Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos – Sejudh, Ministério Público do Trabalho – MPT, Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda – Seaster e do Batalhão de Polícia Ambiental – BPA.

Estratégias

No dia 25 de novembro, AMATRA 8 e TRT 8 estiveram reunidos com o corpo técnico da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh) para a elaboração de ações estratégicas para o plano estadual de Erradicação do Trabalho Escravo no Pará, junto à Coetrae-pa. Na ocasião, as entidades firmaram um compromisso para a execução das medidas propostas no período de quatro anos.



Sábado no clube anima magistrados e familiares



Muita diversão para todas as idades! Esse foi o tom da festa realizada pela AMATRA 8, no dia 1º de outubro, que comemorou o dia das crianças e ainda homenageou os aniversariantes dos meses de setembro e outubro. Os associados e seus familiares se divertiram com as brincadeiras e se deliciaram com as guloseimas típicas de festas infantis.

A manhã começou com um grande amistoso masculino de futebol entre Remo X Paysandu. Os magistrados associados se divertiram em quatro tempos de 15 minutos que resultou numa vitória do time bicolor. Os atletas amateiros já marcaram uma revanche para o mês de dezembro. O clima de rivalidade se encerrou ao final dos 60 minutos de bola rolando e a confraternização da grande equipe “Leões de Toga” se uniu ao também divertido evento preparado para as crianças.

Após o futebol, piscina, guloseimas, recreação infantil, foi a hora do almoço. O churrasco coroou a festa, com boa música ao vivo e, claro, bolo para os aniversariantes. Cerca de 50 pessoas compareceram ao evento realizado na sede campestre da AABP.

Deixamos registrados os parabéns pros aniversariantes:

Setembro:
01 – DRA. MARIA VALQUÍRIA NORAT COELHO
04 – DRA. CASSANDRA MARLY JUCÁ FLEXA
08 – DR. OCÉLIO DE JESUS CARNEIRO DE MORAIS
10 – DR. ADAUTO CERQUEIRA SANTOS
12 – DRA. KARLA MARTINS FROTA
12 – DR. JACINTO FLÁVIO DE LACERDA MARÇAL
13 – DR. MIGUEL RAIMUNDO VIÉGAS PEIXOTO
17 – DR. ÊNIO BORGES CAMPOS
19 – DRA. ANGELA MARIA MAUÉS
21 – DRA. ODETE DE ALMEIDA ALVES
23 – DR. JORGE ANTONIO RAMOS VIEIRA
23 – DRA. AMANDA CHRISTHIAN MILÉO GOMES MENDONÇA
29 – DRA. FILLOMENA MARIA JORGE CHAVES

Outubro:
01 - DRA. MARIA EDILENE DE OLIVEIRA FRANCO
04 – DR. VANILSON FERREIRA HESKETH
12 – DR. CARLOS RODRIGUES ZAHLLOUTH JÚNIOR
16 – DRA. RUTH VALLE SIZO FIDALGO
21 – DR. VALTERNAN PINHEIRO PRATES FILHO
27- DRA. MARINEIDE DO SOCORRO LIMA OLIVEIRA
28 – DR. HERBERT TADEU PEREIRA DE MATOS

Dia de protestos em Defesa do Judiciário e do Ministério Público

Magistrados, Procuradores, servidores e advogados paralisam suas atividades para conscientizar a sociedade da importância de se ter judiciário e Ministério Público fortes e independentes.

Magistrados, procuradores, advogados e servidores se reuniram no hall de entrada do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região em Belém (PA) e ao mesmo tempo nos Fóruns Trabalhistas de Macapá (AP) e Marabá (PA) para falar com a população sobre os riscos enfrentados pela sociedade diante das tentativas de enfraquecimento dessas carreiras. O ato público em defesa do Poder Judiciário e do Ministério Público foi promovido pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região (AMATRA 8), em parceria com diversas entidades.

A mobilização aconteceu às 9 horas, por toda a Oitava Região, com o objetivo de defender as prerrogativas de juízes, desembargadores, promotores de Justiça e procuradores, além de protestar contra a tentativa de retaliação dirigida a estes segmentos profissionais. O ato foi organizado em todo o País pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) e aconteceu hoje em várias cidades brasileiras.

As entidades denunciaram à sociedade as tentativas de comprometimento da independência da magistratura e do Ministério Público e de desvalorização das respectivas carreiras, por meio da apreciação de projetos danosos ou simplesmente pelo boicote legislativo à aprovação de outras matérias. Apresentaram à população as propostas que estão na pauta do Congresso Nacional,

encaminhadas pelo governo, que podem interferir gravemente no cotidiano da cidadania, atingindo inclusive a estrutura do Poder Judiciário.

Foram questionadas as PECs 62/2015, 241/2016, o PL 280/2016, projetos de precarização dos direitos trabalhistas e o corte orçamentário no judiciário trabalhista. O presidente da AMATRA 8, o juiz do trabalho Pedro Tourinho Tupinambá explicou que o ato tem por objetivo chamar a atenção da sociedade para as tentativas de enfraquecer o trabalho da Magistratura, do Ministério Público e de outras instituições. “Não podemos nos calar diante da injustiça que estão querendo fazer contra toda a sociedade brasileira. O Judiciário e o Ministério Público independentes e eficientes são garantia para todo o cidadão brasileiro, não podemos deixar ocorrer um retrocesso social”.

“Enquanto tivermos voz vamos protestar contra os projetos que tentam aniquilar as garantias dos cidadãos. Estão tentando dismantlar toda a estrutura trabalhista que nós temos em nosso país, querem impor a flexibilização desregulamentadora, o que nos países que adotaram somente fez precarizar o trabalho e aumentar o custo do Estado. A Pec 241 trará uma retração do mercado e precarização no atendimento da população, com reflexos danosos na educação, saúde e prestação da tutela jurisdicional”, destacou ainda o

magistrado trabalhista.

Neste ato público, além da Associação dos Magistrados da Oitava Região (Amatra8) participaram a Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), a Associação dos Advogados Trabalhistas do Pará (ATEP), a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará (OAB/PA), a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) e a Associação dos Juizes Federais do Brasil (AJUFE).

Representantes da ANPR e ANPT destacaram as tentativas de inibir as investigações realizadas pelo Ministério Público no combate à corrupção. A Ajufe destacou a necessidade de se garantir a independência do Judiciário, com ênfase na operação lava jato que está sendo alvo de retaliações. O dia marcou, também, a criação da Frentas Regional da 8ª Região.

O dia 5 de outubro ficou conhecido como o Dia Nacional de Mobilização e Protesto em Brasília, em homenagem ao aniversário de 28 anos da promulgação da Constituição Federal. A mobilização teve como foco chamar atenção dos parlamentares e da sociedade para projetos que tramitam no Congresso Nacional que atentam contra a independência das carreiras, bem como para a necessária recomposição do orçamento do Judiciário da União.

AMATRA 8 promove curso de atualização em Direito e Processo do Trabalho

A Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região – AMATRA 8, realizou o Curso de Atualização em Direito e Processo do Trabalho, com 4 módulos. Em virtude de parceria, a Associação proporcionou preços especiais para estudantes, associados da AMATRA 8, servidores do TRT 8 e associados da ATEP.

Com vagas limitadas o curso teve início com vinte alunos entre advogados, servidores e estudantes. Pensando em facilitar o acesso aos interessados, as inscrições puderam, pela primeira vez, ser realizadas através do site www.amatra8.org.br ou na sede da Associação.

No primeiro dia de aulas, a desembargado-

ra do Trabalho Pastora do Socorro Teixeira Leal ministrou o módulo: O direito de danos - novos paradigmas da responsabilidade civil e seus reflexos no Direito do Trabalho. O curso seguiu ainda com os módulos Direito Ambiental do Trabalho – Princípios Centrais do Direito Ambiental: Compreensão Geral, com o Juiz Ney Maranhão; Direito Constitucional do Trabalho – a vedação do retrocesso e as propostas de reforma trabalhista; e A execução no processo do trabalho e o novo CPC. Meios de coerção para pagamento, ambos com o juiz Raimundo Itamar Lemos Fernandes Junior.



ATUALIZAÇÃO EM DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO

Início: 11.11.2016

As sextas-feiras, de 8:00 às 12:00. Auditório da Escola Judicial do TRT 8.

R\$ 300 (trezentos reais). Com RT e documentação TRT para inscrição no curso.

Inscrições no site: www.amatra8.org.br ou na sede da Amatra 8, na Travessa Dom Pedro I, 750

INSCRIÇÕES ABERTAS! VAGAS LIMITADAS

AMATRA 8

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MÓDULO 1 – O Direito de danos – novos paradigmas da responsabilidade civil e seus reflexos no Direito do Trabalho. Indenização por danos morais e materiais. Responsabilidade do empregador por danos do trabalho. Pre-condições: requisitos para configuração, efeitos, direitos decorrentes, regimes de perdas e danos. Coerção executiva e meios de coerção. Prof. Pae-Doutora em Direito, Desembargadora Pastora do Socorro Teixeira Leal. 11.11.16 de 8h às 12h e 13.11.16 de 8h às 12h.

MÓDULO 2 – Direito Ambiental do Trabalho – Princípios Centrais do Direito Ambiental: Compreensão Geral. Meio Ambiente do Trabalho. Descrição e Conselho Normativo. Justiça Laboral Ambiental. Temas e Pistas. Prof. Doutor em Direito, Juiz do Trabalho Ney Steag Marinho. 28.11.2016 de 8h às 12h.

MÓDULO 3 – Direito Constitucional do Trabalho – a vedação do retrocesso e as propostas de reforma trabalhista. Negociação e legislação. Prof. Doutorando em Direito, Juiz do Trabalho Raimundo Itamar Lemos Fernandes Junior. 02.12.2016 de 8h às 12h.

MÓDULO 4 – A execução no processo do trabalho e o novo CPC. Meios de coerção para pagamento. Fraude e Execução. Responsabilidade Patrimonial no Desembargamento da Responsabilidade Judicial. Execução dos Juizes. Prof. Doutorando em Direito, Juiz do Trabalho Raimundo Itamar Lemos Fernandes Junior. 16.12.16 de 8h às 12h.

Carga Horária: 20 HORAS

AMATRA 8

Magistrada paraense realiza audiência via Videoconferência



Na manhã do dia 18 de novembro, a 2ª Vara do Trabalho de Belém utilizou-se do Sistema Nacional de Videoconferência, um canal de áudio e vídeo que viabiliza reuniões à distância, por meio da internet. Quem conduziu o processo foi a Juíza do Trabalho Substituta Katarina Roberta Mousinho de Matos Brandão. A ferramenta tecnológica foi desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e está disponível para as varas e tribunais desde o início de 2016.

A audiência foi em relação ao processo ajuizado em Belém, mas o reclamante trabalhou e foi contratado em São Paulo, através de uma microempresa que alegou exceção de incompetência relativa, solicitando o envio do processo para a capital paulista. O reclamante, no entanto, alegou que não estava empregado e não poderia ajuizar ou acompanhar o processo, caso ele fosse remetido para SP.

Então, segundo a juíza, “a opção foi entrar em contato com o TRT da Segunda Região para possibilitar a realização da audiência de forma concomitante. E assim foi feito. As partes que puderam estiveram presentes na 2ª Vara Trabalhista do Fórum de Belém e, quem não pôde, esteve presente no Fórum Trabalhista de SP para participar da audiência. Em Belém, compareceu o reclamante, o advogado do reclamante e o advogado da reclamada. Já em São Paulo, estiveram a reclamada, a testemunha do reclamante e a testemunha da reclamada”.

Com o auxílio do setor de informática do TRT8, foi instalado o Skype nos computadores para que a audiência pudesse acontecer através de videoconferência. Além disso, também houve a colaboração de técnicos do TRT2, que se utilizaram de sala de videoconferência para controlar a presença das partes e fazer a confe-

rência de documentos, a fim de certificar-se de que, quem estava lá era de fato a representante da reclamada e as testemunhas.

Em Belém foi ouvido o depoimento do reclamante, com a presença do advogado da reclamada e, na sequência, a oitiva da reclamada, dona da microempresa, localizada em SP, com o auxílio de videoconferência. Também foi ouvida a testemunha arrolada pelo reclamante, que mora em SP, através do Skype e isso economizou tempo, já que não foi preciso fazer uma carta precatória, pois ela, no mesmo ato, esteve presente. No mesmo dia a audiência foi encerrada e designada data para a sentença. Ainda houve a tentativa de um acordo, mas as partes não acataram as propostas.

“Para as partes foi muito produtivo, o reclamante agradeceu bastante. Com a videoconferência ele pôde participar e assim exercer efetivamente o seu direito de ação, o qual teria ficado muito comprometido se o processo fosse remetido para São Paulo. Além disso, tudo aconteceu em um ato só, com a instrução do processo realizada hoje. Não foi preciso cindir a audiência, como poderia ocorrer no caso de uma carta precatória que ainda demandaria mais tempo. A videoconferência nos possibilitou a audiência de forma una”, declarou a magistrada Katarina Mousinho, após a audiência.

A Amatra8 parabeniza a brilhante associada pela iniciativa, que, aliando tecnologia às garantias constitucionais de acesso à justiça, permitiu a realização da solenidade de forma segura e justa.

Com informações da Ascom TRT 8.
Foto: Ascom TRT 8.



Noite BLACK & WHITE

Uma noite pra guardar na memória! Música, dança, animação e muitas surpresas. Foi assim a festa de confraternização da AMATRA 8 no dia 3 de dezembro.

Realizada no Restô do Parque da Residência, o tema da festa escolhido foi uma noite em preto e branco. Para isso, decoração, brindes e até o traje pedia as cores da festa. Com o clima de confraternização no ar, os associados puderam desfrutar de boa conversa, comida, música e do grande sorteio de brindes que foram desde panetones trufados a uma passagem de ida e volta com acompanhante para Fortaleza.

Sem esquecer os que não puderam estar presentes no evento, a Diretoria da AMATRA 8 preparou um brinde super especial para todos os associados. Espumante e taça personalizada para coroar um ano de muito trabalho associativo.



Reunião oficializa parceria entre AMATRA 8 e SEJUDH para a execução dos Programas TJC e Direitos Humanos em Cena no ano de 2017



O titular da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), Michell Durans, assinou um termo de cooperação técnica com a Associação de Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região – Amatra 8. O convênio fortalecerá as ações do projeto Direitos Humanos em Cena, da Sejudh, e do Programa TJC – Trabalho, Justiça e Cidadania, executado no Pará pela Amatra 8.

Por meio da parceria, a partir do ano que vem os professores e corpo pedagógico das escolas públicas atendidas pelo Direitos Humanos em Cena serão sensibilizados e capacitados para discutir as temáticas relacionadas aos direitos humanos e orientar os estudantes sobre como denunciar e acessar a rede de enfrentamento. O projeto é organizado pela Coordenadoria de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao Trabalho Escravo da Sejudh e usa a linguagem cinematográfica para discutir temas como abuso e exploração sexual, violência intrafamiliar, diversidade de gênero e sexualidade, trabalho infantil, trabalho escravo e tráfico de pessoas dentro de três escolas públicas da Região Metropolitana de Belém.

Ao longo de 2016, o Direitos Humanos em Cena foi voltado para estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental das escolas Zulima Vergolino Dias, em Ananindeua, Dona Helena Guilhon e Benjamin Constant, em Belém. A partir do que foi observado

nessas experiências, a ação será estendida também aos professores e corpo pedagógico das mesmas escolas. “A partir das discussões que nós levamos aos alunos, alguns deles procuraram a nossa equipe e os professores porque se reconheceram enquanto vítimas de violações. Nesse momento, identificamos que os professores e o corpo pedagógico da escola nem sempre sabem como se portar diante do relato de violência sofrido pelos estudantes. Por isso, o foco do Direitos Humanos em Cena no ano que vem vai ser capacitar esses profissionais tanto para que eles possam multiplicar ações educativas quanto para que saibam como agir e a quem recorrer ao identificar um caso de violação de direitos humanos dentro da escola”, explica Jeanete Gomes, assistente social da Sejudh.

As capacitações dos professores estão previstas para ocorrer em março de 2017. Nessa fase, o Direitos Humanos em Cena contará com os agentes de capacitação do Programa TJC para atender os funcionários das escolas. Além disso, a Amatra 8 continuará como parceira da Sejudh nas discussões relacionadas aos direitos do trabalhador. Para o presidente da associação, Pedro Tupinambá, a união de forças é fundamental para superar momentos de crise e atuar na proteção de direitos. “É uma satisfação contar com a Sejudh, pois, por mais boa vontade que a Amatra tenha,



nenhuma instituição consegue fazer nada sozinho. É um sonho da nossa gestão dar amplitude para o Programa TJC e, graças à parceria com o Direitos Humanos em Cena, vamos conseguir esse avanço apesar de dificuldades no orçamento de 2016. Esperamos que a parceria dê grandes frutos e que os grandes beneficiários sejam as crianças e jovens das escolas de periferia”, ressalta.

Com a parceria, as escolas estaduais que já são atendidas pelo Direitos Humanos em Cena também passarão a receber as ações do Programa TJC. O programa, que é uma iniciativa da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e é executado no Pará pela Amatra 8, busca promover a aproximação entre o Poder Judiciário e a sociedade através de palestras, cursos, debates, distribuição de cartilhas e guias de assistência jurídica gratuita com professores e alunos.

Com informações da Ascom Sejudh